



1 **MINUTA ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ**  
2 **DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CERS,**  
3 **REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE**  
4 **2020.**

5 Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, foi realizada a Quinta  
6 Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos – CERS, na Sala Online  
7 da Plataforma Microsofit Teams, quando foi discutida a seguinte pauta: **1.** Abertura da  
8 Reunião; **2.** Leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do CERS; **3.** Registrar  
9 a assinatura do TCLR de embalagem em geral, ocorrido em 30 de outubro de 2020 e  
10 definir estratégia para acompanhar o andamento das providências subsequentes;**4.**  
11 Submeter ao CERS o propósito da SEMA de promover o Estudo de viabilidade técnica  
12 e econômica (EVTE) da publicação de edital de chamamento para implementação de  
13 Acordo Setorial de Logística Reversa (ASLR) de produtos eletroeletrônicos e seus  
14 componentes, conforme determina o Decreto nº 41.863 DE 30 janeiro de 2020; **5.**  
15 Atualizar o CERS sobre a participação do Amazonas no Sistema Nacional de  
16 Informações sobre a Gestão de Resíduos – SINIR; **6.** O que houver. **Estiveram**  
17 **presentes os seguintes membros:** Christina Fischer (SEMA), Antônio Ademir  
18 Stroski (IPAAM) Rubens Bentes da Silva (AENAMBAM), Renée Fagundes Veiga  
19 (FIEAM), José Sandro Mota Pinheiro (SEDECTI), Paulo Ricardo Rocha Farias  
20 (SEMULSP), Rodrigo Couto Alves (UFAM) Ronaldo Pimentel Mannarino (SEMA),  
21 Samir Sales (CREA/AM), Cyntia Costa de Lima (OAB/AM), Jefferson Rodrigues de  
22 Quadros (UEA), Radyr Gomes de Oliveira Junior (AAM), Suelen Cardoso Ramos  
23 (MNCR).**Convidados e Ouvintes:** Dinair Albernaz (SEMULSP), Márcia Mamede  
24 (ALIANÇA), Vitória Castro (EURECICLO). Elisa Muller (xxxxxxx) **Apoio Técnico do**  
25 **CERS:** Daniele Mota (SEMA), Caroline Santos (SEMA), **Instituições ausentes:**  
26 FECOMÉRCIO, SIDUSCON. **Faltas justificadas:** Sr Henrique Gealh  
27 (CAAMA/ALEAM). **A Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Sra. Christina**  
28 **Fischer**, deu início à 5ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos  
29 – CERS, justificando a ausência do Presidente do CERS, Secretário Eduardo Costa  
30 Taveira devido estar em outra agenda. **A representante da FIEAM, Renée Veiga**





31 comentou que apesar da sua grande participação na 4ª R.O, nenhuma de suas falas  
32 foram registradas em ATA, inclusive esclarecendo pontos em relação ao TCLR. E  
33 pediu que para as próximas reuniões sejam consideradas suas manifestações e das  
34 demais entidades. A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina Fischer**  
35 explicou que o registro resumido foi feito para atender o prazo da assinatura do termo  
36 de Logística Reversa, visto que a ATA seria fundamental para fazer a celebração do  
37 Termo de Compromisso e não no sentido de não reconhecer a importância das falas.  
38 A **Secretária Christina Fischer** também informou sobre o retorno às atividades do  
39 Sr. Antônio Ademir Stroski, representante do IPAAM e Secretário Executivo do CERS.  
40 **2.** Em seguida fez a leitura dinâmica da ATA e com apenas duas sugestões de  
41 correção ortográfica a ATA da 4ª Reunião Ordinária do CERS foi **APROVADA.** **3.**  
42 Avançando para o próximo ponto de pauta, a **Secretária Christina Fischer**, informou  
43 que a celebração do Termo de Compromisso de Logística Reversa aconteceu no dia  
44 30 de outubro e teve uma grande importância no sentido de trazer um formato  
45 diferenciado à destinação das Embalagens. E além de informar sobre a celebração  
46 do TCLR, é importante esclarecer a estratégia de acompanhamento do que está  
47 acordado no Termo de Compromisso. falou inclusive que uma reunião aconteceria no  
48 dia 18 de novembro para tratar como será a Entidade Gestora e como será feita a  
49 articulação com os órgãos SEMA, IPAAM. A **representante da FIEAM, Renée Veiga**  
50 disse que desde a semana seguinte à assinatura do Termo, foram iniciados os  
51 procedimentos para adesão tanto dos sindicatos, quanto das empresas e que já  
52 existem algumas empresas aderidas. E que a FIEAM está esperando finalizar com  
53 todas as empresas que já haviam se manifestado com interesse antes da assinatura.  
54 Disse ainda que a previsão é que a Entidade Gestora seja constituída até o mês de  
55 novembro 2020 e a partir de então se comece a operar o sistema. A **Sra. Vitoria da**  
56 **(EURECICLO)**, agradeceu a todos os participantes, demonstrou satisfação com a  
57 assinatura do Termo, confirmou que a EURECICLO está fazendo todos os  
58 procedimentos para adesão das empresas e trabalhando na operacionalização do  
59 sistema. A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina Fischer**, reiterou a  
60 necessidade de se manter o CERS informado sobre o andamento dos trabalhos do





61 TCLR. Disse ainda que o Termo de Compromisso foi publicado no diário oficial do  
62 Amazonas no dia 12 de novembro de 2020. O **Secretário executivo do Comitê, Sr.**  
63 **Ademir Stroski** perguntou à Sra. Renée Veiga se seria possível o Comitê ter acesso  
64 a lista de empresas que já aderiram ao Termo, A **Sra. Renée Veiga** respondeu que  
65 num primeiro momento essas informações serão repassadas formalmente à SEMA e  
66 IPAAM por conta da publicidade, e que aguarda algumas empresas devolverem os  
67 termos assinados para poder encaminhar uma via para SEMA e IPAAM. Porém na  
68 próxima reunião será possível compartilhar essa informação, visto que a EURECICLO  
69 vai disponibilizar essas informações no site e o acompanhamento poderá ser feito por  
70 lá. O **representante da SEMULSP, Sr. Paulo Farias** apresentou um ponto  
71 questionado pelos catadores de uma associação, de que para o valor apurado nos  
72 leilões precisa ser emitido uma nota fiscal de serviço para respaldar a entrada desse  
73 valor na contabilidade da associação. A dúvida dos catadores é: porque emitir uma  
74 nova nota de serviço de certificação para vender a nota de transação de mercadoria?  
75 O **Sr. Paulo Farias** sugeriu que eventualmente poder-se-ia conversar com a  
76 Secretaria de Finanças dos Municípios para que essas notas não sejam tributadas  
77 com ISS e afirmou que em algum momento será preciso dar uma orientação mais  
78 assertiva e acordada entre todas as partes. A **representante da FIEAM, Renée Veiga**  
79 sugeriu que o Sr. Paulo Farias encaminhe formalmente a situação por e-mail para  
80 SEMA ou FIEAM para ser sanado na reunião de alinhamento de operacionalização  
81 do TCLR que ocorrerá com a EURECICLO e também para que seja feito o registro  
82 exato do questionamento. 4. Sobre os acordos setoriais de eletroeletrônicos, a  
83 **representante da FIEAM, Renée Veiga** disse não compreender o motivo do assunto  
84 ter sido incluído em pauta e estar em discussão no âmbito do CERS, uma vez que já  
85 existe um Decreto Federal, falando especificamente sobre a questão dos  
86 eletroeletrônicos, que trouxe um cronograma de implementação e colocou o  
87 Amazonas com obrigação legal apenas em 2022. Nesse sentido sugeriu que antes de  
88 qualquer tomada de decisão seja chamada a ELETROS para se manifestar sobre o  
89 assunto, uma vez que ela tem ativa apresentação nacional e está conduzindo as  
90 tratativas relacionados eletroeletrônicos e implementação do sistema de Logística

91 Reversa no Amazonas. Disse que debater o assunto com a presença da ELETROS é  
92 importante para as decisões do CERS não conflitarem com o que a ELETROS já está  
93 trabalhando. Falou também que não é fácil fazer Logística Reversa plena no  
94 Amazonas, principalmente em relação aos eletroeletrônicos, dado que uma grande  
95 quantidade vem sendo descartada de maneira incorreta, muitas vezes por  
96 assistências técnicas que pegam equipamentos quebrados, retiram as peças que lhes  
97 interessam e depois jogam o restante. Disse ser importante deixar claro que São Paulo  
98 já fez dessa forma, seguido do Mato Grosso e agora Amazonas, por isso acha  
99 razoável que o Amazonas trabalhe da mesma forma, pegando um case de sucesso  
100 para não partir do zero ou em dissonância com toda a construção normativa e  
101 Legislativa que já existe no país. A **Sra. Renée Veiga** ratificou o pedido de registrar  
102 na ata sua observação de que a ELETROS participe da reunião para tratativas sobre  
103 Acordo Setorial em Eletroeletrônicos. O **representante da SEMULSP, Sr. Paulo**  
104 **Farias** disse que sua secretaria fez uma série de contatos com a ELETROS, que  
105 resultou na transferência do assunto para a ABRE fazer as tratativas técnicas. A  
106 SEMULSP também fez algumas reuniões com a ABRE. Porém nunca entenderam o  
107 porquê de ter sido feito uma lista de 24 cidades brasileiras sem apresentação de  
108 critérios e deixaram Manaus de fora. Isso foi informado para o Ministério do Meio  
109 Ambiente, porém não obtiveram resposta. Depois, nas tratativas feitas com a ABRE a  
110 pedido da ELETROS, a ABRE enviou à SEMULSP uma proposta para oferecer  
111 treinamento online para os catadores. O **Sr. Paulo Farias** mencionou saber que a  
112 coleta agendada de grandes objetos já operante em Manaus, se aplica muito bem ao  
113 Acordo Setorial, visto que o Acordo prevê um ponto móvel de coleta e de pontos de  
114 concentração que se aplicaria muito bem aos galpões dos catadores. Além disso o  
115 Amazonas possui experiência prática do descarte correto e que poderia assumir  
116 etapas subsequentes. Explicou que para a proposta de treinamento online dos  
117 catadores é preciso apresentar galpões licenciados, porém entende que se o galpão  
118 dos catadores já estiver licenciado, significa que ele já está equipado e que os  
119 catadores já estão treinados para exercer essa atividade e então não seria necessário  
120 nenhum apoio externo. Mas paralelo a isso existe uma situação se formando, a coleta



121 agendada de grandes objetos vem recolhendo uma grande quantidade de  
122 eletroeletrônicos que estão sendo levados para os galpões dos catadores, que por  
123 sua vez estão utilizando as partes que podem gerar renda. Mas conseqüentemente  
124 estão sobrando e se acumulando as partes não utilizáveis. E quanto a esse problema  
125 nem a ABRE nem a ELETROS tem se manifestado. No momento estamos com uma  
126 interlocução difícil, a situação parou na questão da licença, tínhamos eletrônicos  
127 espalhados pelas casas e meio ambiente e agora eles estão se acumulando nos  
128 galpões dos catadores, muito em breve isso exigirá uma solução. O **representante**  
129 **da SEMA, Sr. Ronaldo Mannarino, abordando sobre o assunto em pauta**, explicou  
130 que apesar dos colegas já terem antecipado uma série de questões sobre o tópico  
131 dos eletroeletrônicos, achava adequado antes de introduzir o assunto, equalizar com  
132 todos os participantes do Comitê as informações sobre o **Decreto Federal** Nº 10.240,  
133 de 12 de fevereiro de 2020, que é muito extenso e complexo, contendo 73 Artigos. E  
134 iniciou uma apresentação recapitulando os principais tópicos da legislação federal (Lei  
135 12.305/2010) e estadual (Lei Estadual 4.457/2017) que estabeleceram as bases  
136 políticas para a regulamentação da logística reversa. Explicou que o **Decreto**  
137 **Estadual** Nº 41.863, de 30 de janeiro de 2020, previu no seu Art. 14 a implantação da  
138 Logística Reversa e que os Acordos Setoriais seriam feitos no Amazonas através de  
139 edital de chamamento, sendo que o parágrafo primeiro desse Art.14 prevê que o  
140 CERS precisa ser ouvido quanto ao estudo de viabilidade dos Acordos Setoriais. O  
141 parágrafo segundo também envolve o CERS na avaliação da necessidade de se  
142 promover esses Acordos Setoriais no sentido social e econômico. E como já  
143 mencionado pelo Sr. Paulo Farias e Sra. Renée Veiga, logo depois, em 12 de fevereiro  
144 de 2020 veio a publicação do Decreto Federal que trata exatamente da implantação  
145 da Logística Reversa de eletroeletrônicos. O **Sr. Ronaldo Mannarino** pontuou que  
146 quanto a inclusão do assunto na pauta, foi para que o CERS se posicione, visto que  
147 o Decreto Estadual Nº 41.863 remete ao comitê esta consulta sobre os Acordos  
148 Setoriais. E a coordenação do CERS tem operado com bastante cuidado, para que o  
149 caráter consultivo do Comitê seja realmente exercido, para reforçar inclusive as teses  
150 que o Sr. Paulo Farias apresentou de que precisamos lutar para que o CERS seja



151 ouvido de fato. Disse ainda que o Decreto Federal estabeleceu normas para  
152 implantação do Sistema de Logística Reversa obrigatória. Resumiu que o artigo 3º  
153 fala sobre a criação de um grupo de acompanhamento de performance, formado por  
154 entidades representativas do âmbito nacional e sobre as definições para a entidade  
155 gestora. O Artigo 4º, parágrafo primeiro dita sobre quais os produtos que são objeto  
156 da Logística Reversa de eletroeletrônicos. O Artigo 8º já citado pela Sra. Renée Veiga  
157 explica que o plano está dividido em duas fases: Fase 1, com início na data da  
158 publicação (12 de fevereiro de 2020) e término em 31 de dezembro de 2020. Essa  
159 fase compreende a criação do grupo de acompanhamento de performance, entidade  
160 gestora, adesão de fabricantes, comerciantes, distribuidores e instituição do  
161 mecanismo financeiro, que é um ponto que necessita atenção, visto que abrange a  
162 sustentabilidade econômica da estruturação, implementação e operação do sistema.  
163 O **Sr. Ronaldo Mannarino** ainda registrou que vários pontos do Decreto dizem que o  
164 custo do sistema de Logística Reversa vai ser pago pelas empresas nos seus produtos  
165 e esse valor pode até aparecer na descrição do produto, mas não pode onerar o  
166 consumidor. Observou que gostaria de saber como se faz isso. A fase 2 que vai iniciar  
167 em primeiro de janeiro de 2021, vai ter a habilitação dos prestadores de serviço,  
168 elaboração de plano de comunicação, educação formal e instalação de pontos de  
169 recebimento e de concentração. Sobre esses pontos de concentração o **Sr. Paulo**  
170 **Farias** falou que já estão sendo feitos contatos, inclusive houve proposta enviada à  
171 Prefeitura de Manaus há um mês. O **representante da SEMA, Sr. Ronaldo**  
172 **Mannarino** disse que para Manaus ingressar na fase II, é preciso que haja  
173 alinhamento com as expectativas no contexto nacional. Para tanto, talvez o Comitê  
174 precise trabalhar no sentido de abrir mão de fazer um Acordo Setorial Estadual em  
175 favor e de uma participação do Estado nesse processo nacional, que já está em  
176 andamento. Aliás um processo bastante complexo, para que nos arvorássemos a  
177 fazer acordos setoriais no estado. Porém, se o Comitê decidir ser necessário o  
178 Amazonas estruturar seu próprio Acordo Setorial de eletroeletrônicos isto é  
179 perfeitamente possível, com amparo no Decreto Federal 9.177, de 23 de outubro de  
180 2017. A **representante da FIEAM, Renée Veiga** disse que talvez algo no Decreto Nº

181 10.240 não ficou claro para SEMULSP e para os catadores, sobre os galpões dos  
182 catadores serem utilizados para triagem ao mesmo tempo que os catadores estão  
183 tirando as peças de interesse comercial. Nesse ponto tem-se um problema visto o  
184 artigo 3º do citado Decreto Federal, no inciso 12, explicita que os pontos de de  
185 concentração e transbordo são locais destinados ao recebimento, controle,  
186 acondicionamento e armazenamento temporário dos produtos eletroeletrônicos  
187 descartados pelos consumidores. Nos pontos de recebimento ocorre a  
188 descaracterização dos produtos até sua transferência para a destinação final  
189 ambientalmente adequada. Disse ser importante mencionar isso, pois entende que  
190 por conta dessa falta de conhecimento da legislação, foi que a ABRE propôs  
191 treinamento, para dar cumprimento ao Decreto e para deixar os catadores  
192 responsáveis por parte do processo. Então é preciso verificar a questão de retirada  
193 das peças porque a partir da descaracterização os produtos não podem mais ser  
194 utilizados, na forma da legislação. O **representante da SEMULSP, Sr. Paulo Farias**  
195 explicou que a questão não é o desconhecimento do Decreto e o impedimento de  
196 descaracterização está criando um problema. Os catadores vão descaracterizar os  
197 objetos pois ninguém da ABRE ou ELETROS os procuraram para apontar um  
198 caminho. Cabe a ELETROS dizer se vai incluir os catadores no sistema. A  
199 **representante da FIEAM, Renée Veiga** disse que é do conhecimento da FIEAM que  
200 o galpão dos catadores se aplicam bem para ser ponto de concentração e que eles  
201 precisam objetivamente serem chamados e incluídos com essas características. O  
202 **Secretário Executivo do CERS, Sr. Ademir Stroski** disse que a cronologia  
203 estabelecida no decreto 10.240/2020 já está comprometida, considerando que a fase  
204 2 inicia em 1º de janeiro de 2021. Observando o artigo 20, capítulo 6, das empresas  
205 criadoras do grupo, o inciso II dita o prazo de 180 dias contados da data de entrada  
206 em vigor do Decreto, então os prazos colocados no início do ano não são compatíveis.  
207 Comentou que O Sr. Ronaldo Mannarino aventou a possibilidade de um acordo  
208 Setorial Estadual. Nesse sentido Sr Stroski fez referência ao parecer técnico do  
209 IPAAM de que atender a recomendação do Ministério Público Federal para implantar  
210 no licenciamento ambiental as exigências de logística reversa demandaria um tempo





211 maior, para que os critérios adotados a nível federal pudessem ser referenciados e  
212 atendidos. Outra questão é o licenciamento dos galpões dos catadores. O IPAAM  
213 precisa fazer um diagnóstico quantitativo dos resíduos e dos galpões de reciclagem e  
214 licencia-los. A **representante do MNCR, a Sra. Suelen** explicou que os materiais que  
215 chegam aos galpões muitas vezes já estão quebrados (descaracterizados), dos quais não  
216 conseguem fazer a venda e tudo isso fica armazenado. A Sra. Suelen sugeriu que isto seja  
217 revisto e que todas as partes dos produtos sejam contempladas para que não haja o acúmulo  
218 de materiais. A **representante da FIEAM, Renée Veiga** disse que a respeito do que foi  
219 colocado pela Sra. Suelen é de conhecimento da FIEAM, pois foi feita uma pesquisa sobre o  
220 assunto e notado que muitas carcaças vêm das assistências técnicas. E até onde tem  
221 conhecimento, houve reuniões entre a ABRE, ELETROS e SEMULP, por isso a importância  
222 de participação da ELETROS na discussão. O **representante da SEMULSP, Sr. Paulo**  
223 **Farias** disse que a preocupação sobre o galpão que é um local que recebe, classifica e  
224 despacha resíduos, ao ser inserido no sistema como ponto de concentração, precisa ser  
225 remunerado pois é um trabalho como qualquer outro e tem seu custo. Não há problema que  
226 um galpão só separe, desmanche e venda para fora, desde que isso tenha sua devida  
227 remuneração pelo serviço prestado, porque se o ponto de concentração for no galpão dos  
228 catadores ou em qualquer outro galpão o custo é o mesmo, e terá que ser bancado pelo  
229 sistema. A **representante do MNCR, a Sra. Suelen** disse que o material pode ser todo  
230 armazenado, mas se for para armazenar todo esse material e os catadores não puderem  
231 manuseá-los até que recebam treinamento o galpão virará depósito. O **Secretário Executivo**  
232 **do Comitê, Sr. Ademir Stroski** argumentou que o melhor ambiente para se discutir a situação  
233 é na Câmara Técnica pois ela visa tratar de assuntos específicos. O **Sr. José Sandro, da**  
234 **SEDECTI**, disse que irá levar ao Departamento de Incentivos Fiscais do Estado a discussão  
235 do Decreto dos Acordos Setoriais de Eletroeletrônicos e se possível até a próxima semana  
236 dará uma resposta. Gostaria de saber se isso é possível que o Sr. Anderson Green, chefe do  
237 departamento de incentivos fiscais possa participar como ouvinte da próxima reunião, o que  
238 foi prontamente confirmado pela Secretária **Executiva Adjunta da SEMA, Christina Fischer**.  
239 A **Secretária** sugeriu então, diante da convergência das ideias, propor que seja marcada uma  
240 reunião extraordinária do CERS no dia 1º de dezembro de 2020, para que o **Sr. Jorge do**  
241 **Nascimento, da ELETROS**, possa expor sobre o andamento da implementação do acordo  
242 setorial de eletroeletrônicos. Todos os membros do CERS concordaram com a proposta e  
243 ficou agendada a 1ª Reunião Extraordinária do CERS para o dia 1º de dezembro de 2020. 5.

244 O **representante da SEMA, Sr. Ronaldo Mannarino** avançou para o quinto ponto de pauta,  
245 sobre a participação da SEMA na reunião do SINIR para Região Norte. Explicou que no site  
246 do SINIR tem uma série de informações para quem atua na área de resíduos sólidos. A  
247 reunião tratou em sua maior parte sobre o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) a ser  
248 preenchido pelas empresas quando do transporte de resíduos. Para isto foi criado um sistema  
249 bastante robusto para o acompanhamento a nível nacional. Outro assunto foi sobre o  
250 preenchimento de informações pelos estados e Municípios no site do SINIR, que condicionam  
251 o acesso aos recursos financeiros do MMA para resíduos sólidos. Como exemplos, citou que  
252 em 2018 nenhum Estado da região norte declarou as informações. Em 2019, dos 62  
253 municípios do Estado do Amazonas, apenas três fizeram sua declaração, entre eles Manaus.  
254 Logo, apenas esses estão aptos a receber os recursos do Ministério do Meio Ambiente para  
255 área de resíduos sólidos. Os responsáveis pelo SINIR fizeram a exposição sobre as etapas e  
256 formas de preenchimento das informações, identificando inclusive pontos de melhoria para  
257 2021 na gestão deste processo. O Sr. Ronaldo Mannarino não viu evidências sobre  
258 indicadores de desempenho e performance do processo, uma vez que os resultados de  
259 preenchimento estão muito aquém do desejado. Manifestou por escrito na reunião do SINIR  
260 sobre a necessidade de reunião específica sobre isto, já que o assunto do MTR tomou a maior  
261 parte do tempo da reunião, com consultores discutindo entre si assuntos de seus interesses.  
262 Afirmou ainda que é preciso urgentemente diferenciar a gestão do processo da gestão de  
263 desempenho do processo. O **Secretário Executivo do Comitê, Sr. Ademir Stroski**  
264 concordou que se tenha uma reunião exclusiva para melhorar o nível de preenchimento no  
265 site do SINIR pelos municípios. Falou que participou da implantação do MTR em 2017 e que  
266 daí em diante houve mudanças administrativas no IPAAM para customização deste sistema  
267 de registros. Registrou que a plataforma do SINIR e MTR do IPAAM foi doada pelo Estado de  
268 Santa Catarina. O Sr. Stroski disse estar verificando junto à PRODAM sobre a hospedagem  
269 do sistema e que na próxima reunião do Comitê teria condições de trazer novidades sobre o  
270 MTR. Em não havendo mais assuntos a serem tratados, O **Secretário Executivo do Comitê,**  
271 **Sr. Ademir Stroski** agradeceu a participação de todos e encerrou a 5ª Reunião do CERS.  
272 Eu, **Ronaldo Pimentel Mannarino**, \_\_\_\_\_, Coordenador da área  
273 de Resíduos Sólidos da SEMA, escrevi a presente Ata de Reunião.

274

275

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CERS**

Página 9 de 9

